



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Câmpus Porto Alegre

**REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**CONSELHO DE CÂMPUS**  
**ATA Nº 09/2012**

1 Aos trinta e um (31) dias do mês de outubro (10) de dois mil e doze (2012), às  
2 quatorze (14) horas, na Sala de Convenções do nono (9º) andar do prédio sede do  
3 Câmpus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio  
4 Grande do Sul - sito à Rua Coronel Vicente, nº 281, no Centro desta Capital, foi  
5 realizada reunião ordinária do Conselho Permanente deste Câmpus. Na ausência do  
6 Presidente deste conselho, o Direto-Geral do IFRS Câmpus Porto Alegre, Senhor  
7 Paulo Roberto Sangoi, a reunião foi presidida pelo Diretor de Desenvolvimento  
8 Institucional deste Câmpus, senhor Claudio Vinicius Silva Farias, designado  
9 Presidente em Exercício do Conselho de Câmpus, indicado pelo presidente titular  
10 deste Conselho para substituí-lo. Estiveram presentes nesta reunião membros  
11 representantes do segmento docente, os conselheiros André Rosa Martins, Claudia  
12 do Nascimento Wyrvalski, Evandro Manara Miletto, Juliana Schmitt de Nonohay,  
13 Regina Felisberto (suplente) e Sabrina Letícia Couto da Silva; representantes do  
14 segmento dos servidores técnico-administrativos, os conselheiros César Germano  
15 Eltz, Douglas Neves Ricalde, Henrique Leonardi de Oliveira, Martha Helena  
16 Weizenmann e Suzinara da Rosa Feijó; os representantes discentes Ibá Souza da  
17 Costa, Mayara Cristina Menegotto Moreira e Victor Alexsandro Kichler Ferreira  
18 (suplente), e os representantes da sociedade civil Silvana Schuler Pineda  
19 (representante da Associação de Professores do Colégio Militar de Porto Alegre -  
20 APROFCMPA) e Rafael Cecagno (representante da Associação de Servidores da  
21 UFRGS, UFCSPA e IFRS Câmpus Porto Alegre - Assufrgs). O presidente em  
22 exercício declarou aberta a reunião ordinária, dando as boas-vindas aos  
23 Conselheiros presentes e entregou as justificativas dos conselheiros ausentes à  
24 secretária. Esta reunião foi secretariada pela servidora Cristine Stella Thomas,  
25 indicada pelo Presidente em exercício do Conselho para a tarefa. A seguir  
26 apresentou a pauta da presente reunião, a qual incluía os seguintes pontos:  
27 Aprovação das Atas nº 005/2012, referente a reunião extraordinária do dia 05 de  
28 setembro de 2012 e Ata nº 006/2012, referente a reunião extraordinária do dia 19 de  
29 setembro de 2012; Encaminhamento a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
30 a Ata nº 006/2012, aprovada, referente a versão final do plano de Ação 2013;  
31 Encaminhamento do Regimento Interno do Conselho de Câmpus ao CONSUP;  
32 Apresentação do Relatório Preliminar da Comissão Especial para Levantamento  
33 Patrimonial de Bens Inservíveis; Apreciação e deliberação sobre as opções das  
34 Áreas Acadêmicas dos servidores; Apreciação e Aprovação da Resolução sobre a  
35 regulamentação do estágio obrigatório do Curso Superior de Tecnologia em Gestão  
36 Ambiental; Apreciação e Aprovação das Resoluções sobre a regulamentação de  
37 justificativa e abono de faltas, atividades externas e atualização da instrução  
38 normativa sobre a certificação de conhecimentos; Apreciação e Aprovação da  
39 Resolução sobre a regulamentação dos trabalhos de conclusão de curso dos cursos

40 de licenciatura do IFRS – Câmpus Porto Alegre; Apreciação e Aprovação do Projeto  
41 Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente; e Assuntos Gerais. Com o  
42 quórum presente, o presidente sugeriu uma pequena inversão de pautas, pedindo  
43 que alguns itens, que seriam os últimos, passassem para o início; disse que  
44 começariam pelo ponto sobre a Apreciação do Plano de Trabalho do Edital nº  
45 02/2012 da Setec/MEC, cuja inclusão fora solicitada pelo conselheiro André Martins,  
46 para que as professoras Clarice Escott e Maria Cristina França, da Diretoria de  
47 Pesquisa e Inovação, pudessem fazer o uso da palavra para explicar as questões  
48 referentes a este edital. Sugeriu também como primeiro item a ser deliberado antes  
49 disso, a Aprovação das Atas nº 05 e 06/2012, e que fosse feita necessariamente a  
50 aprovação da nº 06 nesta reunião; após aprovação das atas nº 05 e 06 então  
51 entraria o ponto mencionado sobre a Apreciação do Plano de Trabalho do Edital nº  
52 02/2012 da Setec/MEC, dando a sequência às demais pautas elencadas. Antes do  
53 início de discussão das pautas, o presidente anunciou a presença dos novos  
54 conselheiros suplentes representantes da Sociedade Civil, APROFCMPA e  
55 ASSUFRGS, eleitos em reunião anterior. Ele esclareceu que seriam dados os  
56 termos de posse na presente reunião e que os *e-mails* de ambos já haviam sido  
57 inseridos no grupo de *e-mails* do Conselho de Câmpus, e a partir de então  
58 passariam a receber todos os documentos com a antecedência regimental. O  
59 presidente aproveitou para colocar que todos os documentos até então aprovados  
60 pelo Conselho também já estão no *site* institucional, assim os novos conselheiros já  
61 podem ir se inteirando de resoluções, decisões anteriores, e demais documentos  
62 que já estão constando na página. Neste momento o conselheiro André propôs uma  
63 rodada de apresentação para os novos conselheiros, representantes da sociedade  
64 civil; o presidente e demais conselheiros concordaram com a proposta. O presidente  
65 em exercício iniciou a apresentação, falando sobre seu exercício temporário na  
66 presidência do Conselho, tendo sido designado em substituição ao presidente titular,  
67 que estava em reunião com o Reitor da UFRGS para tratar sobre a questão da  
68 permanência e saída do prédio da Ramiro Barcelos, e verificar o termo de renovação  
69 do convênio do IFRS com a UFRGS. Em seguida os demais conselheiros presentes  
70 se apresentaram. O presidente agradeceu as apresentações informando que assim  
71 que chegassem os termos de posse que estavam sendo providenciados no  
72 momento pelo Gabinete da Direção, os novos conselheiros representantes da  
73 sociedade civil assinariam os mesmos. Em seguida deu início à reunião com  
74 primeiro item da pauta. **1. Aprovação das atas nº 5 e 6:** A conselheira Juliana  
75 sugeriu que a aprovação da Ata nº 5, fosse feita após um tema que ela iria abordar  
76 no item Assuntos Gerais na presente reunião, pois ela teria um item da ata para  
77 solicitar uma pequena alteração, porém quando fosse falar do assunto. O presidente  
78 colocou que não haveria como ser feito desta forma, pois não se pode aprovar atas  
79 no item Assuntos Gerais. Ele então sugeriu que ela explicasse qual a alteração, a  
80 ser apontada na presente ata, para posterior correção na Ata nº 5; ou então se  
81 aprovaria a ata nº 5 na próxima reunião com as devidas correções. A conselheira  
82 optou por solicitar o adiamento da aprovação da Ata nº 5 de uma sessão, ficando  
83 para a próxima reunião. Ela se comprometeu em enviar as correções solicitadas, e  
84 disse também que de igual forma explicaria a questão no item Assuntos Gerais. Com  
85 relação a Ata nº 6 alguns conselheiros apontaram que estaria faltando um trecho. O  
86 presidente confirmou a observação, que havia um trecho onde dizia na ata “copiar  
87 as porcentagens” destacado em vermelho. Ele disse que conversou sobre isso com  
88 a chefe de gabinete, servidora Natasha Finoketti Malicheski, a qual disse que teria  
89 comentado com o conselheiro André Martins, o qual teria anotado esses

90 percentuais, e que o diretor de Administração, Renato Pereira Monteiro, o qual  
91 presidiu a reunião da ata nº 6, estaria com dúvidas com relação a esses percentuais.  
92 O conselheiro André observou que achava que não era sobre essa reunião que ela  
93 teria comentado com ele. Segundo o conselheiro, a servidora comentou sobre a  
94 questão da aprovação do Regimento Interno do Conselho de Câmpus, e ele teria  
95 pedido também as versões para ela, mas sobre esses números ele disse ter feito as  
96 anotações na própria cópia da ata, e que ainda estão faltando; efetivamente para  
97 poder ser enviado para o CONSUP, para registro como aprovação do Plano de Ação  
98 precisariam colocar esses números. O conselheiro disse estar na expectativa de que  
99 o diretor Renato Monteiro, que presidiu a reunião anterior, pudesse repassar isso;  
100 naquela reunião ele disse que anotou o valor de R\$ 60 mil, que seria distribuído  
101 entre as áreas, mas que os outros valores precisariam constar também. André  
102 Martins colocou que o diretor Renato Monteiro havia feito isso com esses valores em  
103 uma planilha, pois foram alterados na hora e ele, Renato, salvou o arquivo. O  
104 presidente então questionou se os conselheiros abririam mão de aprovarem a Ata nº  
105 6 com a modificação desses valores e a inclusão dessa planilha com as alterações  
106 feitas pelo diretor Renato, que presidiu a reunião da ata nº 6 ainda durante a  
107 presente reunião, pois precisaria enviar à Pró-reitoria de Desenvolvimento  
108 Institucional ainda na presente data. Os conselheiros ficaram algum tempo  
109 analisando a ata e discutindo a melhor solução. O conselheiro André sugeriu que  
110 fosse chamado o diretor Renato Monteiro para resolver a questão naquele momento;  
111 o presidente solicitou que o diretor Renato, que estava participando de um curso que  
112 estava ocorrendo no câmpus, fosse chamado. Enquanto todos aguardavam, o  
113 presidente entregou os termos de posse para a assinatura dos conselheiros  
114 suplentes representantes da sociedade civil Silvana Pineda (APROFCMPA) e Rafael  
115 Cecagno (Assufrgs), declarando-os empossados efetivamente e oficialmente  
116 conselheiros do Câmpus Porto Alegre. Dando continuidade, o presidente colocou  
117 que além da Ata 5, que ficaria para a próxima reunião, e a Ata 6 que aguardava o  
118 diretor Renato para providências, era preciso a assinatura dos conselheiros nas atas  
119 1, 3 e 4 que já haviam sido aprovadas anteriormente. A seguir, alterando a ordem  
120 das pautas, conforme solicitado no início da reunião, o presidente passou para  
121 próximo item. **2. Pauta referente à fala das professoras Clarice Escott e Maria**  
122 **Cristina França, da Diretoria de Pesquisa e Inovação**, sobre um memorando  
123 encaminhado onde constava a ata da última reunião da CAGPPI (Comissão de  
124 Avaliação e Gestão de Projetos de Pesquisa e Inovação) e da comissão da 13ª  
125 (décima terceira) Mostra de Pesquisa, Ensino e Extensão (Mostratec), em que os  
126 membros fazem a distribuição do recurso do Edital 02/2012 da Setec/MEC. O  
127 presidente colocou que os conselheiros receberam um conjunto de planilhas que  
128 demonstravam todos os valores, e em seguida passou a palavra para a professora  
129 Clarice prestar os devidos esclarecimentos. A professora Clarice antes de proceder  
130 à leitura do memorando iniciou relatando um histórico, conforme ela, já discutido na  
131 reunião da CAGPPI do câmpus. Segundo a professora o edital 02/2012 Setec/MEC  
132 chegou no final do período da greve, por meio de uma reunião do COPI (Comitê de  
133 Pesquisa e Inovação) do IFRS, em uma sexta-feira, e o encaminhamento de projetos  
134 deveria ser dado até a segunda-feira seguinte; ela relatou que essa discussão já  
135 havia sido realizada no Comitê no sentido de que as diretorias de Pesquisa  
136 reconheceram que deveria ter havido uma discussão mais ampla sobre os  
137 encaminhamentos dos projetos, mas tinha apenas duas escolhas; ou não apresentar  
138 projetos, considerando que tinham praticamente apenas um dia útil para  
139 encaminhar, ou encaminhariam conforme aquilo que já vinham discutindo. Então

140 como não tinham tempo hábil, optaram pelo risco de encaminhar o que já tinham,  
141 que na época foram cinco projetos: o projeto para a 13ª Mostra, que foi solicitado o  
142 valor de R\$ 57.475,75 (cinquenta e sete mil quatrocentos e setenta e cinco reais e  
143 setenta e cinco centavos) que era o mesmo orçamento do ano anterior, e ganharam  
144 R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); encaminharam solicitação de auxílio pesquisador para  
145 participação em eventos no total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); e de serviços de  
146 terceiros para cursos no total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), que já era um  
147 encaminhamento da CAGPPI para que oferecessem cursos de metodologia  
148 científica em função dos editais que vinham participando e tinham algumas  
149 dificuldades, então esse plano de trabalho era R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil  
150 reais); encaminharam um outro que era serviços de terceiros para publicação de  
151 livros conforme propunham as rubricas do edital, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta  
152 mil reais); um edital de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para a revista *Scientia*  
153 *Tec* do Câmpus, que já está em andamento, com trabalhos aprovados, mas não têm  
154 recursos para publicação; e encaminharam trinta cotas de bolsa pesquisador, que  
155 equivale ao AIPCT, no total de R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais)  
156 para dividir entre os pesquisadores; esse último plano de trabalho (AIPCT) não foi  
157 aprovado pelo COPI, embora a justificativa tenha sido encaminhada, pois estão com  
158 um GT que está construindo um ofício de repúdio, algo nesse sentido, porque a  
159 exigência à época era de que se encaminhasse, por conta do edital, uma  
160 manifestação; a DPI recebeu um *e-mail* do pró-reitor de Pesquisa solicitando que os  
161 pesquisadores interessados teriam que se manifestar, o que ocorreu de um dia para  
162 o outro também; a DPI encaminhou, embora ainda no período de greve, e tiveram 14  
163 (catorze) professores que manifestaram interesse; a comissão então encaminhou  
164 todos os *e-mails*, mas a pró-reitoria disse por telefone que o projeto do câmpus foi  
165 desclassificado porque não havia sido encaminhado, a CAGPPI então definiu por  
166 pelo menos reivindicar dizendo que não concordavam pois isso foi encaminhado e  
167 têm as cópias dos *e-mails* que foram encaminhados. A professora então informou  
168 que desses projetos todos, esse foi o único não aprovado; na presente data  
169 receberam um memorando sobre o valor recebido e tiveram um total de R\$  
170 124.473,19 (cento e vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e três reais e  
171 dezenove centavos); primeiro chegaram R\$ 117.273,19 (cento e dezessete mil  
172 duzentos e setenta e três reais e dezenove centavos), que era a notícia que tinham  
173 até ontem e que foi discutido na CAGPPI; e na presente data receberam os R\$  
174 124.473,19 (cento e vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e três reais e  
175 dezenove centavos) sendo que R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) refere-se a  
176 apoio a evento. Nesse memorando consta o que foi definido nas últimas reuniões da  
177 CAGPPI e da Comissão da 13ª mostra. O que foi definido depois de muita discussão  
178 e de alguns encaminhamentos para além da aplicação desse recurso, em relação à  
179 publicação, haveria a possibilidade, conforme já haviam visto que existe edital de  
180 pregão, de usar R\$ 77.273,00 (setenta e sete mil duzentos e setenta e três reais)  
181 para publicação de quatro livros; sendo que a CAGPPI definiu pela publicação do  
182 livro de 100 (cem) anos da escola técnica, que foi organizado há mais tempo, e até  
183 hoje não foi publicado porque não havia verba; um livro sobre as atividades de  
184 ensino, pesquisa e extensão do Câmpus Porto Alegre, pois não há nenhum material  
185 do câmpus; e mais duas publicações de áreas diversas, sendo uma da área das  
186 humanas, educação e informática sobre as atividades de pesquisa e propostas com  
187 publicação de um capítulo de metodologia científica por ser uma preocupação da  
188 comissão há bastante tempo; e outro livro das ciências exatas, biológicas e agrárias,  
189 também com publicação de um capítulo de metodologia científica. A professora

190 Clarice então procedeu a leitura do memorando onde dizia que a publicação desses  
191 livros seria coordenada pelo grupo de trabalho com membros designados pela  
192 CAGPPI, o GT teria como atribuição decidir as diretrizes para as publicações além  
193 de redigir e divulgar carta-convite para os servidores do IFRS com os devidos prazos  
194 de execução; o prazo estipulado foi até 31 de janeiro de 2013 para enviar a gráfica  
195 para impressão; a organização de cada livro ficaria a cargo dos servidores  
196 designados pelas respectivas áreas. A segunda rubrica, que estipulava o valor de  
197 R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para impressão de 800 (oitocentos) exemplares  
198 da revista *Scientia Tec*, que são quatro volumes, sendo que um desses volumes  
199 seria destinado como volume especial com a publicação dos anais da 13ª Mostra,  
200 uma necessidade que existe há bastante tempo e nunca teve recurso. O terceiro  
201 fomento, atualização científica e tecnológica, estipula R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)  
202 para a contratação de terceiros para realização de cursos, sendo que estão  
203 procurando editais de pregões, e R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) para apoio  
204 à participação em eventos. Em relação a rubrica de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)  
205 para a 13ª Mostra, que foi definida e demandada na reunião da comissão do evento,  
206 definiu-se pela compra de materiais que antes não teriam chance de tê-los em  
207 função da falta de recurso, que seriam camisetas, pastas, blocos de nota, *banners*,  
208 faixas, crachás e carimbos. Ela ressaltou que a primeira intenção cogitada pela  
209 comissão era pagar os pôsteres dos alunos apresentadores, que seriam cerca de 80  
210 (oitenta), porém o edital de pregão só previa “reprodução de um só texto”, tornando  
211 a proposta inviável, também em função da gráfica ser de cidade do interior, e  
212 correriam o risco de os *banners* não serem entregues em tempo hábil. A professora  
213 então encerrou sua fala e repassou aos conselheiros, para análise, os documentos  
214 referidos por ela, entre os quais o edital, memorandos e atas das reuniões das  
215 comissões que deram os encaminhamentos. Nesse momento a professora Maria  
216 Cristina solicitou a palavra, e colocou chamar a atenção sobre o que era o Edital  
217 02/2012 da Setec/MEC, que chegou de forma tão rápida e encerrando poucos dias  
218 depois; esse edital disponibilizou verbas para todos os Institutos Federais do Brasil;  
219 sendo que o IFRS ganhou R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), para  
220 ser distribuído aos câmpus; e o câmpus Porto Alegre foi contemplado com R\$  
221 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais), sendo que um dos projetos não foi  
222 aceito por conta do que já foi explicado; e outros câmpus receberam outros valores  
223 dependendo da rubrica que estavam solicitando. O conselheiro André questionou  
224 quando teria sido recebido o edital. A professora Maria Cristina esclareceu que  
225 estava em uma reunião representando a DPI do câmpus para aprovação dos  
226 projetos de pesquisa, realizada no dia 10 de agosto de 2012, quando recebeu o  
227 edital para entregarem os projetos no dia 13 de agosto de 2012. O conselheiro  
228 André colocou que foi ele quem solicitou a inclusão desse ponto de pauta para  
229 poderem fazer a apreciação no Conselho de Câmpus, basicamente por uma questão  
230 de fluxo; porque o regimento interno prevê como atribuição do conselho apreciar o  
231 planejamento e a execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão; ele relatou  
232 que na semana anterior, um colega docente havia comentado com ele sobre o  
233 referido edital, e dos valores, que são bem expressivos, e por isso ele solicitou a  
234 inclusão desse assunto na pauta para que pudessem fazer esse debate e cumprir o  
235 que é atribuição privativa do Conselho de Câmpus. Ele colocou que sobre a  
236 distribuição que a CAGPPI fez, e que de fato compete à comissão fazer essa  
237 proposta, não teria o que questionar a respeito; mas pediu que depois que acontecer  
238 o evento da Mostra, que o conselho fosse informado dos valores que foram  
239 realmente gastos, para que se possa ter uma ideia do que foi possível fazer com

240 essa verba, até para programar para os outros anos. Sobre a questão da revista, ele  
241 manifestou que também seriam valores significativos, e observou que a maioria das  
242 revistas científicas atualmente não são mais impressas em cópia física, mas revistas  
243 eletrônicas; o conselheiro levantou que tinha dúvida sobre o auxílio financeiro ao  
244 pesquisador, e disse que não achou no edital a parte que tratava desse auxílio, mas  
245 que agora foi mudado para apoio em eventos e não teria mais questionamentos; o  
246 conselheiro relatou ainda que o que chamou a atenção foi o valor para a publicação  
247 de livros, valores bem expressivos na opinião dele, sendo que grande parte do valor  
248 obtido pelo câmpus estava nesta rubrica; ele fez uma observação, que para futuros  
249 novos editais, se pensasse em estrutura para pesquisa, pois as estruturas atuais dos  
250 laboratórios de pesquisa são muito precárias, e seria preciso pensar em  
251 investimento nessa área; sugeriu que todo edital que vier para fomento de pesquisa,  
252 deveria-se analisar criticamente para ver se é possível utilizar os recursos para  
253 melhorar a estrutura vinculada a pesquisa; por último ele levantou estar em dúvida  
254 sobre os livros, como o que mistura as ciências exatas, biológicas e agrárias, se não  
255 ficaria diverso demais e qual público poderia de fato usufruir deste livro. A professora  
256 Maria Cristina esclareceu, com relação à sugestão sobre estrutura, que o Edital  
257 02/2012 não previa nenhuma rubrica para estrutura; o AIPCT teria essa função de  
258 minimamente auxiliar o pesquisador com um pouco de recurso; o edital previa para  
259 edição de livros e revista científica, sendo que a revista Scientia Tec é eletrônica  
260 mas estão prevendo quatro números impressos em papel como uma outra forma de  
261 divulgação; foi feito então um aproveitamento das rubricas que eram possíveis na  
262 tentativa de adoção das mesmas. Com relação às publicações, ela esclareceu que a  
263 idéia de fazer dois números que foi discutida na CAGPPI, estabeleceu que as áreas  
264 de cada livro é que irão pensar sobre esses números; segundo ela não estaria nada  
265 definido e as áreas é que irão definir o que pensam sobre isso; ela considerou  
266 pertinente a questão trazida pelo conselheiro, e as questões envolvidas serão  
267 discutidas pelas áreas, e se devem tomar um caminho comum não a decisão cabe  
268 às áreas. A professora Clarice complementou sobre questão da infraestrutura, que o  
269 edital previa a rubrica que exigia que o instituo tivesse regulamentação própria para  
270 bolsa pesquisador, que é aquele valor não contemplado que havia sido previsto  
271 trinta bolsas, e ideia era de possibilitar o pesquisador que usasse essa bolsa para os  
272 recursos que necessitasse; foi então que veio o *email* da PROPI que falava sobre  
273 manifestar o interesse no AIPCT, porque o edital exigia que a instituição tivesse  
274 regulamentação própria, e o câmpus não foi contemplado. Ela colocou ainda sobre a  
275 questão das demandas de editais, que na reunião da CAGPPI montaram um GT  
276 com representação das áreas na intenção de se adiantarem aos editais, definindo  
277 políticas de pesquisa e demandas prioritárias para que quando os editais chegarem  
278 e visto que estes têm chegado do dia para a noite; para no momento em que não  
279 tiverem como ampliar discussão já terem esse documento pró-ativo para dar conta.  
280 Ela citou ainda os integrantes do GT que está trabalhando nisso. O conselheiro  
281 Evandro colocou que sua fala seria no sentido de complementar o dito pelas  
282 colegas; ele relatou que participou da reunião da CAGPPI e a questão essencial a  
283 ser colocada é que havia um edital, enviado do dia para noite, como costuma  
284 acontecer, e a dúvida era participar ou não; optaram por participar, embora com  
285 ônus; havia rubricas específicas para fazer os gastos; o risco foi ser aprovado ou  
286 não, optar conseguir recursos para o campus ou não; mas pensar se vem recurso  
287 convertido em prol do campus é sempre interessante; em relação a prestação de  
288 contas após as atividades, sugerida pelo conselheiro André, disse achar  
289 interessante; relatou que fizeram uma auditoria interna na CAGPPI onde foram

290 revisados todos os documentos e os gastos, então já teriam os mecanismos que dão  
291 base para esse tipo de verificação; criaram um grupo de trabalho para chegarem a  
292 demandas das áreas de pesquisa, e saber em nível de conselho, pois ainda não têm  
293 modelo de como gastar; afirmou que é preciso mais recursos para pesquisa, mas  
294 precisam saber quanto é necessário em cada área, e isso será feito pelos grupos de  
295 trabalho; o professor Evandro reforçou ainda a expectativa frustrada do AIPCT com  
296 a negativa da informação, que causou um descontentamento muito grande na  
297 comissão, e por isso resolveram fazer uma moção manifestando e questionando o  
298 porquê isso aconteceu. A professora Clarice colocou que a intenção é entregar a  
299 moção no próximo dia 6 de novembro em mãos à PROPI. A conselheira Sabrina  
300 levantou uma dúvida; segundo o Regimento do Câmpus, agora há a definição das  
301 áreas acadêmicas, que são sete; ela perguntou se os livros produzidos vão tratar  
302 das sete áreas acadêmicas, em dois títulos, mas foram citados só cinco áreas. A  
303 professora Clarice esclareceu que não contemplam as áreas acadêmicas; as áreas  
304 das publicações referem-se às áreas do CNPq, e foi a sugestão que surgiu na  
305 CAGPPI, por isso cinco. A conselheira Juliana manifestou-se com relação às verbas;  
306 relatou que viu as rubricas de serviços de pessoas jurídicas, de apoio a formação e  
307 do AIPCT e ficou com a dúvida se todos os outros Câmpus iriam conseguir incluir o  
308 AIPCT, menos Porto Alegre. A professora Clarice explicou que não, nem todos os  
309 câmpus; isso que ficou é auxílio a eventos e contratação de pessoa jurídica,  
310 palestrantes. A conselheira Juliana questionou se não haveria como pegar a verba e  
311 comprar outros materiais como para laboratórios etc. Clarice disse que já tentaram e  
312 não nem como, pois está delimitado na rubrica, que é contratação de serviço de  
313 terceiro, e não aquisição de material de terceiro. O presidente manifestou que parte  
314 disso que a conselheira Juliana falou vai ao encontro do que o André colocou, sobre  
315 ter uma política de prioridades. Clarice colocou que é importante sim, pois qualquer  
316 pessoa que for fazer parte da comissão depois vai ter algo que norteia; observou  
317 que já foi perguntado se poderiam jogar com as rubricas, mas disseram que não,  
318 então pediram isso por escrito, sobre a negativa do AIPCT. O presidente observou  
319 que hoje em dia as verbas mais difíceis são as de infraestrutura, recursos de  
320 infraestrutura para pesquisas estão muito atrelados a projetos especiais  
321 encaminhados ao MEC. A professora Maria Cristina levantou que seria preciso  
322 começarem a se preocupar em desenvolver uma cultura de aderir aos editais de  
323 fomentos externo, os pesquisadores irem em busca de outros recursos, que não só  
324 do IFRS. A conselheira Juliana colocou outra sugestão, se os casos dos quatro  
325 exemplares, sobre os mil exemplares de livros sobre as ações de pesquisa, ensino e  
326 extensão, se isso não seria algo muito momentâneo gastar para isso. O professor  
327 Evandro observou que o que foi comentado na reunião da CAGPPI com relação aos  
328 livros, é que se teria pouco tempo para que fossem conteúdos originais; para  
329 escrever algo original agora seria muito difícil, então pensaram em criar um material  
330 de apresentação do câmpus e tudo que se faz de pesquisa, extensão e ensino, além  
331 do livro dos cem anos que o material já estaria semi-pronto; e mais os dois livros das  
332 áreas. A professora Clarice questionou se o que foi colocado pela conselheira  
333 Juliana seria uma sugestão ou encaminhamento para rediscutirem na comissão; a  
334 conselheira explicou que sim seria para a CAGPPI repensar esse gasto nesse livro.  
335 O conselheiro Rafael manifestou-se, com relação ao projeto que não foi aprovado,  
336 perguntou se chegaram a fazer uma soma sobre o total dos projetos, se não sobrou  
337 dinheiro; se o recurso deste projeto que não foi aprovado, já foi destinado a outro  
338 campus ou se ainda está em aberto. A professora Maria Cristina esclareceu que não  
339 está mais disponível o recurso, e que a não aprovação elimina o projeto; por isso

340 estão fazendo a moção na tentativa de revisar e reverter isso. A professora Clarice  
341 esclareceu mais um pouco sobre o assunto do AIPCT, colocou que hoje no câmpus  
342 há dezenove projetos com auxílio AIPCT (taxa de bancada), e todos com bolsista de  
343 fomento interno; quando propuseram as trinta cotas pelo novo edital pensaram em  
344 ampliar pois há outros projetos cadastrados que não têm bolsa, então pensaram em  
345 propor essas bolsas e a possibilidade de ampliar a quantidade, por isso abriram para  
346 todos; quando saiu o edital estavam tentando distribuir desde então; o retorno que  
347 tiveram do responsável é que não tem mais o que fazer. A conselheira Claudia  
348 questionou sobre a data limite de entrega dos livros, e a professora Clarice disse que  
349 a data para empenho seria 31 de dezembro, o que não significaria o livro pronto;  
350 conforme conversaram com o setor Financeiro do câmpus, foi sugerido que seja  
351 entregue os originais para a gráfica até o final de janeiro, para terem o material físico  
352 em mãos para prestação de contas. A conselheira Claudia perguntou ainda como  
353 isso seria divulgado para os possíveis participantes, se isso se daria pela  
354 coordenação de área ou pela pesquisa, e a professora Clarice reforçou o que  
355 conforme estava escrito no memorando, que o GT coordenador fará carta-convite na  
356 próxima semana para todos os servidores. O conselheiro André fez um comentário  
357 sobre a questão do livro, dizendo que ele tem a mesma insegurança manifestada  
358 pela conselheira Juliana, e concordou sobre a sugestão de a CAGPPI rever se tem  
359 como fazer mesmo os quatro livros e se é necessário; disse que não se pode deixar  
360 de avaliar que se não tiverem “pernas” para fazer, então seria melhor não fazer para  
361 não executar mal esse recurso; o conselheiro manifestou ainda uma pergunta final  
362 sobre infraestrutura, e queria saber se era correta a informação que recebeu;  
363 segundo ele em algum valor da verba da pesquisa, estariam sendo comprados  
364 quatro *lpads* (*tablets*); questionou como surgiu isso e colocou novamente para  
365 reflexão sobre a questão dos fluxos, para o conselho entender; o planejamento feito  
366 na CAGPPI de alguma maneira deve chegar ao Conselho para entenderem o que foi  
367 planejado, para quando for trazida uma proposta de execução de recurso, já  
368 saberem com antecedência o que o grupo planejou para tais atividades. A  
369 professora Clarice concordou com o conselheiro e explicou que essa verba foi de R\$  
370 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) descentralizada pela PROPI, para compra  
371 somente de equipamentos, e como era pequena trouxeram para a comissão e  
372 discutiram que fosse melhor adquirir equipamentos comuns, e os equipamentos  
373 foram dois GPS solicitados pela área de meio ambiente e os *lpads* que funcionarão  
374 como um banco para trabalho de campo; ela propôs que seja encaminhada para o  
375 Conselho, mesmo que tardiamente, a ata onde foi decidido isso pela comissão. O  
376 conselheiro André enfatizou que o importante é que o fluxo se faça e seja  
377 reconhecido por todas as partes, com o que a professora Clarice manifestou  
378 concordância. A professora Maria Cristina também concordou porém observou que o  
379 problema é que estão num lugar onde os prazos são “para ontem”; a intenção é de  
380 que se consiga dar conta deste fluxo a partir dessa comissão; que se defina quais as  
381 prioridades que a DPI deve dar para quando ocorrerem prazos curtos como esses. O  
382 conselheiro André concordou que realmente os prazos sempre são muito exíguos e  
383 isso tem que ser tratado de forma diferente. A professora Maria Cristina colocou que  
384 a reitora do IFRS assinou a intenção do instituto participar do edital ainda em Junho,  
385 mas o mesmo veio pela Setec só em agosto. A conselheira Regina se manifestou,  
386 na opinião dela, ninguém quer enrijecer, e sugeriu que as informações fluíssem  
387 mais, como no email do conselho do câmpus, usá-lo como instrumento de  
388 comunicação; disse que a preocupa o que leu no regimento, que é função privativa  
389 do conselho de câmpus manifestar-se sobre o planejamento e execução das



390 atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas pelo que ela percebeu não estão  
391 falando sobre o planejamento e já estão na execução; outra questão manifestada  
392 por ela foi sobre o que foi dito sobre os livros, que no entendimento dela ficou  
393 parecendo mais como revista do que como livro. A professora Clarice então colocou  
394 que já foi discutido na CAGPPI, de que alguma forma na ansiedade de captar verba  
395 talvez tenham falhado, pois foi tudo muito rápido; outra questão comentada por ela,  
396 é que há duas comissões no câmpus, a de Pesquisa e a de Extensão, e na opinião  
397 dela caberia a essas duas comissões já em andamento e ao Conselho, fazer a  
398 discussão sobre qual a função de cada comissão, quais são os fluxos e o que cabe  
399 para cada uma, pois mesmo que exista um Regimento, não é algo incorporado na  
400 vida do câmpus ainda e nem da Instituição como um todo; ela deixou isso como  
401 sugestão e se colocou à disposição para colaborar, enquanto ainda for responsável  
402 pela CAGPPI, pois é uma questão importante para o crescimento da instituição. A  
403 professora Maria Cristina falou novamente com relação à publicação dos livros,  
404 considerando que não podem expor a instituição com algo sem qualidade, e disse  
405 não ter dúvida que entre todos os servidores conseguiriam preencher o número de  
406 artigos ou capítulos de qualidade, então ela deixou como proposta que seja  
407 fomentada a produção das publicações entre as áreas. O presidente afirmou não  
408 haver mais inscritos para considerações e o conselheiro André sugeriu uma proposta  
409 de encaminhamento, a de aprovar a proposição da CAGPPI com a distribuição dos  
410 recursos apresentados, mediante ressalvas e sugestões que foram feitas na  
411 presente reunião, e solicitar à CAGPPI que faça uma prestação de contas de todos  
412 os recursos, para terem o fechamento do processo; ele observou ainda que a  
413 CAGPPI é uma comissão de gestão, conforme está no Regimento Interno do  
414 câmpus, mas na questão da execução de valores passa primeiro pelo Conselho; a  
415 proposição tem origem na CAGPPI. A professora Maria Cristina sugeriu que, tendo  
416 em vista a dificuldade de tempo na maioria das situações e também muitos fluxos,  
417 quando o GT definir as prioridades da pesquisa, trazer ao conselho e então  
418 entenderiam em que medida estaria o fluxo da CAGPPI no sentido de editais.  
419 Encerradas as colocações, o presidente perguntou se todos os concordavam com  
420 encaminhamento, o que foi consensuado; ele agradeceu às professoras da DPI  
421 pelos esclarecimentos e dispensou-as da reunião. O presidente em exercício deu  
422 prosseguimento ao ponto de pauta seguinte. **3. Encaminhamento do Regimento**  
423 **Interno do Conselho do Câmpus ao Consup:** O presidente colocou que havia sido  
424 aprovado na última reunião o Regimento Interno do Conselho, com algumas  
425 alterações, na forma, e agora seria preciso homologá-lo para encaminhar ao Consup  
426 para aprovação; a ideia seria poder homologar na presente reunião para incluir na  
427 pauta da próxima reunião ordinária do Consup; ele colocou que havia feito uma  
428 pequena alteração na redação do artigo 41, onde retirou um trecho e passou para  
429 parágrafo único; ele releu o trecho e acabou por considerar melhor retirar a  
430 modificação que sugeriu, com a concordância dos demais conselheiros. A  
431 conselheira Juliana observou que só ficaram pendentes alguns detalhes de forma  
432 mas que a comissão de normas do Consup deve mexer e parabenizou a comissão  
433 que redigiu e formatou o Regimento, os conselheiros André, César e Ibá. O  
434 presidente solicitou que fosse feito o envio dos regimentos em formato PDF e DOC  
435 para os novos conselheiros; em seguida colocou em regime de votação o Regimento  
436 Interno do Conselho do Câmpus Porto Alegre, que foi aprovado por unanimidade  
437 pelos conselheiros. O presidente então passou para o próximo ponto de pauta. **4.**  
438 **Relatório preliminar da Comissão Especial para o levantamento patrimonial**  
439 **dos bens inservíveis:** O presidente passou a palavra ao conselheiro André para

440 falar sobre o relatório. O conselheiro iniciou esclarecendo que a comissão especial  
441 formada por ele em conjunto com as conselheiras Adriana e Mayara foi criada para  
442 avaliar os bens inservíveis adjudicados da Ulbra quando o prédio veio para o  
443 patrimônio do IFRS; ele relatou que já estão na quarta semana de trabalho e terão  
444 que usar os 60 dias de prazo determinados para a tarefa e apresentou o relatório  
445 parcial até o momento; conforme relatou a proposição do mesmo é a aprovação do  
446 uso exclusivo de uma sala identificada no andar térreo do prédio, próxima a  
447 garagem, organizada com o auxílio dos setores infraestrutura e patrimônio, a qual já  
448 separaram e onde acondicionaram a maior parte das lâmpadas fluorescentes em  
449 desuso encontradas no prédio, no espaço do átrio; a partir disso a DAP deve  
450 contratar a empresa para recolher corretamente esse material e dar o destino  
451 necessário para essas lâmpadas, para liberar o local o mais breve possível; ele  
452 colocou como sugestão que essa sala ficaria como um depósito de materiais  
453 perigosos, de acesso exclusivo e sob supervisão do setor de infraestrutura e da  
454 CPGR, para que se possa ter um controle melhor. Além disso ele colocou outro item,  
455 sobre as listas dos câmpus Sertão, Erechim e Ibirubá que solicitam a transferência  
456 de alguns materiais que ainda não estão patrimoniados, tais como cadeiras e mesas,  
457 itens de enfermaria, odontologia, radiologia e compressores de ar; o conselheiro  
458 expôs que para fazer a transferência desses itens é preciso carregá-los no  
459 patrimônio do IFRS e então efetuar o processo de transferência para esses outros  
460 câmpus, e não precisaria passar pelo Consup por ser da mesma instituição; ele  
461 colocou que no último item do relatório foi comentado sobre a questão de pedir ao  
462 Conselho a possibilidade de até o final poderem fazer essas transferências *ad*  
463 *referendum*, Direção e Comissão Especial analisando as propostas e então fazendo  
464 o relatório final para apreciação do Conselho. Segundo ele também a faculdade de  
465 Veterinária da UFRGS solicitou alguns desses bens, ainda não formalmente, como a  
466 liberação dos equipamentos de radiologia; esse documento deve estar chegando em  
467 breve, por isso solicita a possibilidade de também fazer *ad referendum* do Conselho  
468 a aprovação dessa transferência se receberem a solicitação da UFRGS; porém  
469 nesse caso necessariamente precisa passar pelo Consup por se tratar de uma outra  
470 instituição, caracterizando transferência patrimonial; a aprovação *ad referendum*  
471 daria agilidade ao processo, para entrar na pauta do Consup o quanto antes, para  
472 liberar esses equipamentos; foi pedida a exigência que a UFRGS se comprometa  
473 com o transporte de transferência e também com as questões legais associada com  
474 a transferência de equipamentos radiológicos, como o contato com a ANVISA para a  
475 retirada destes. O presidente Cláudio colocou que quando a UFRGS fez o contato  
476 para solicitar o material já havia sugerido como contrapartida a questão do  
477 transporte e o contato com a ANVISA; ele observou que o local, no 6º andar, onde  
478 se encontram esses equipamentos de radiologia, devidamente desligados, estão  
479 lacrados e sem acesso; é importante para o câmpus esvaziar esta área do 6º andar  
480 para colocarem ali o que está ocupando o espaço onde será a nova sede do Projeto  
481 Prelúdio, perto da biblioteca; por isso o processo sugerido pela comissão especial é  
482 interessante para liberar os espaços e dar celeridade nesse processo de  
483 transferência de bens que são inservíveis ou de não uso pelo câmpus. O conselheiro  
484 André complementou que estão vendo em prioridade a retirada dos materiais da  
485 área do Prelúdio, catalogando os bens segundo as sugestões feitas pelo auditor, e  
486 isso vai estar no relatório final; feito isso vão para a área da próxima reforma, que é  
487 o espaço do átrio; reiterou que o apresentado é o relatório do que foi feito até o  
488 momento e o que havia de fundamental é a sugestão de liberar o material que está  
489 nas listas que os outros câmpus solicitaram e permitir que sejam aprovados *ad*

490 *referendum* essa liberação e especificamente a questão dos equipamentos  
491 radiológicos; outra questão é que vão propor, após a aprovação das áreas  
492 acadêmicas, é convidar os coordenadores de área para ver se querem fazer uso  
493 desse material, e se haveria alguma coisa que poderia ser aproveitada pela área  
494 acadêmica. O presidente então abriu inscrições para os interessados em se  
495 pronunciar a respeito do relatório parcial apresentado pela Comissão Especial. O  
496 conselheiro Rafael manifestou que gostaria de saber se o IFRS teria algum convênio  
497 com talvez a UFRGS ou outras instituições federais, nessa parte de resíduos, que  
498 poderiam talvez receber esse material como lâmpadas, visto que só há 2 empresas  
499 que fazem isso no país, para baixar custos. O conselheiro André colocou que tem  
500 parceria mas na parte de resíduos químicos e biológicos, com a UFRGS; a  
501 disposição de todos os resíduos de laboratório é feita a partir da UFRGS; quanto à  
502 questão das lâmpadas da mesma forma a UFRGS teria que acessar essas mesmas  
503 duas empresas únicas que tem autorização do Ibama para fazer o recolhimento e  
504 descarte. O presidente complementou que foi verificado que até existem outras  
505 empresas que fazem o recolhimento, mas não tem certificação para o transporte;  
506 então essas duas empresas são as únicas que são certificadas pelo Ibama para  
507 fazer o recolhimento, o transporte e descarte, e assim de qualquer forma se cai  
508 nessas duas empresas. O conselheiro André comentou ainda que a Portaria nº 309  
509 de 2012 que designou a comissão especial é datada do dia 29 de setembro, mas foi  
510 recebida pela comissão em 15 de outubro, quando começaram os trabalhos. O  
511 presidente Cláudio esclareceu que a portaria passa a valer a partir da data de  
512 publicação no boletim de serviço, que foi 15 de outubro. A seguir, ele colocou em  
513 votação as sugestões da comissão especial no relatório preliminar, assim como a  
514 prorrogação da validade da comissão por mais 30 dias; foram aprovadas pela  
515 unanimidade dos presentes. Em seguida, passou-se a próximo ponto de pauta. **5.**  
516 **Apreciação das áreas acadêmicas:** O presidente colocou que trouxe para a  
517 reunião a opção de cada um dos servidores e que foi encaminhado pela chefe de  
518 gabinete aos conselheiros uma planilha feita pela DGP do câmpus com as  
519 distribuições dos inscritos por área; ele observou que uma professora, Márcia  
520 Islabão, entregou o formulário após o prazo, por isso o nome dela não estaria  
521 constando na lista; e deixou para o conselho deliberar sobre o caso dela. Antes de  
522 passar à discussão específica sobre as áreas, o presidente disse que gostaria de  
523 trazer mais uma vez ao conselho uma questão de entendimento particular dele; a de  
524 que o Regimento Complementar do câmpus deveria ser encaminhado ao Consup,  
525 da mesma forma como o Regimento Interno do Conselho de Câmpus, e dito isso  
526 todas as demais questões ficariam em espera; disse estar externando uma questão  
527 de foro jurídico regimental, pois entende que esse regimento complementar deveria  
528 ser encaminhado igualmente ao Consup para ser aprovado, visto que o regimento  
529 do conselho também vai; ele colocou que por isso gostaria de ouvir os conselheiros  
530 quanto ao tema, e se acaso tivessem um entendimento divergente, ele então teria  
531 uma série de considerações a colocar. O conselheiro André foi o primeiro a se  
532 manifestar, colocando que o Conselho de Câmpus é uma delegação de competência  
533 do Consup do IFRS para uma série de atribuições vinculadas ao Regimento interno  
534 do câmpus; na opinião dele estariam retornando a falar pelo que já foi vencido,  
535 debatido e votado sobre essa questão do Regimento Complementar; segundo o  
536 conselheiro, o Regimento Interno do Conselho de Câmpus é diferente porque o  
537 Regimento Geral do IFRS diz que ele deve necessariamente passar pelo Consup;  
538 então para o Regimento interno do Conselho, o Consup não delegou competência  
539 ao conselho de câmpus de fazer uma aprovação definitiva, por isso agora estão

540 encaminhando ao Consup, em respeito ao Regimento Geral do instituto, a minuta do  
541 Regimento interno do Conselho de Câmpus que aprovaram na reunião passada; já o  
542 Regimento Complementar, foi debatido no Concamp e dito pela conselheira Adriana  
543 que na reunião de 26 de abril do Consup foram aprovados todos os regimentos  
544 internos de todos os câmpus, e que portanto essa reunião delegou aos Conselhos  
545 de Câmpus a incumbência de aprovar toda aquela parte complementar no  
546 Regimento Geral; por isso ele disse entender que voltar a essa questão seria  
547 retornar àquilo que já apreciaram, definiram e deram publicidade, documento  
548 considerado por ele como a expressão do que foi definido na época da assembléia  
549 paritária que o construiu. O presidente colocou que particularmente não sentia  
550 segurança sobre isso, não havia segurança regimental de que esse regimento tenha  
551 essa plena validade, ainda que ele concorde com o professor André que o mesmo já  
552 foi aprovado e publicizado, foi dado o corpo legal da norma e com relação a isso não  
553 teria o que questionar; o que ele estaria questionando é a eficácia com relação à  
554 competência que o Consup concedeu aos conselhos de câmpus para aprovar parte  
555 do regimento e não aprovar outra parte, e que ele não percebia isso *literis*; dito isso,  
556 ele questionou se os demais conselheiros concordavam com o André. O conselheiro  
557 César manifestou ter dúvida, pois não se recordava muito bem se a ata do Consup a  
558 qual aprovou os regimentos, não falava que os câmpus deversem aprovar os seus  
559 regimentos internos, mas sim elaborar, e ficou com essa dúvida. O conselheiro  
560 André colocou que esse questionamento já foi levado ao Consup pelo diretor-geral  
561 Paulo Sangoi depois da aprovação e o Consup não fez nenhuma manifestação  
562 contrária do que o conselho do câmpus teria definido; disse novamente que estavam  
563 voltando a debater assunto que já foi vencido. O conselheiro César disse que o  
564 Consup não teria que mudar nada, mas talvez só referendar a aprovação e que ele  
565 teria a impressão de que isso tivesse ficado na ata do Consup que aprovou o  
566 regimento geral, que teria que voltar depois. André disse que isso foi suscitado no  
567 Consup e eles entenderam que não deveriam voltar; para o Regimento interno do  
568 Conselho sim tem que ir, mas o regimento complementar não. O presidente afirmou  
569 que quanto a isso não quer anular nem desfazer o regimento, mas quer apenas que  
570 o Conselho fique ciente de uma possibilidade, pois particularmente vê uma  
571 insegurança institucional de terceiros, um terceiro que possa eventualmente se sentir  
572 tolhido no seu direito de recorrer a este Conselho com esse tipo de questionamento;  
573 quis alertar que talvez possam ser suscitados no futuro sobre isso. O conselheiro  
574 Douglas manifestou-se por uma questão de esclarecimento, perguntando qual seria  
575 o embasamento legal para esse questionamento. O presidente disse que não havia  
576 embasamento legal, que a questão levantada por ele é o que justifica o Consup  
577 aprovar parte de um regimento e não a sua totalidade; comentou existir uma dúvida  
578 e que não recorda também da ata, se existe uma manifestação *literis* do Consup,  
579 nesse sentido, que colocaria essa incumbência aos conselhos dos câmpus. O  
580 conselheiro André novamente disse que em reunião do Consup feita no Câmpus  
581 Porto Alegre foi colocado pelo diretor-geral Sangoi essa questão, e o Consup  
582 manifestou que não seria necessário retomar o que os câmpus construíram no  
583 regimento complementar. O conselheiro César manifestou que se isso está em ata  
584 então está tranquilo, pois aí têm amparo jurídico e legal sobre os atos que tomarem.  
585 O presidente Cláudio novamente reiterou que a insegurança dele seria sobre o fato  
586 de desconhecer essa ata e a manifestação expressa do Consup, mas se estiver  
587 explícito concorda. Com relação ao tópico referente às áreas acadêmicas, o  
588 presidente manifestou que havia diversos colegas técnico-administrativos que  
589 fizeram uma opção por área como efetivo e houve muitas dúvidas dos técnicos-

590 administrativos sobre essa opção das áreas; além disso haveria diversas outras  
591 questões que o Conselho teria que se manifestar; uma vez que a Resolução nº  
592 003/2012 do CONCAMP, que aprova o Regimento Complementar, impõe algumas  
593 datas sendo a primeira data que está presente no artigo 2º, foi cumprida, dando  
594 trinta dias para docentes e técnico-administrativos fazerem sua opção por área; já o  
595 artigo 3º diz respeito ao prazo de 60 dias a contar da publicação da resolução, para  
596 as áreas acadêmicas e os cursos constituírem seus colegiados e elegerem seus  
597 respectivos coordenadores; e o artigo 4º determina que no prazo de 90 dias essas  
598 áreas acadêmicas apresentem à Direção de Ensino uma proposta de alocação de  
599 disciplinas dentro das respectivas áreas para que possa haver a posterior  
600 sistematização e aprovação pelo Conselho do Câmpus. Com base nisso, o  
601 presidente colocou que em sua opinião teriam que ser montadas algumas comissões  
602 internas *ad hoc*, do Conselho, sendo uma especificamente com relação ao artigo 23  
603 do Regimento complementar, onde diz que o Conselho de Câmpus irá definir os  
604 procedimentos para criação, fusão, separação e extinção de áreas acadêmicas, bem  
605 como deliberar sobre tais propostas, por voto da maioria absoluta de seus membros;  
606 por isso, dados os prazos, teriam na presente reunião que constituir uma comissão  
607 para resolver essa questão, e também, fazer uma outra comissão relacionada ao  
608 artigo 3º, que seria uma comissão eleitoral do Conselho do câmpus ou por  
609 designação deste, que possa acompanhar as eleições dos coordenadores; ou  
610 deixariam livre para que as áreas façam as suas escolhas, desde que isso estivesse  
611 devidamente expresso; ele pensa que deve haver uma comissão eleitoral do  
612 Conselho que estabeleça regras mínimas para essas escolhas; e por fim definir  
613 como fica a questão dos técnicos-administrativos, já que conforme o artigo 53, em  
614 seu parágrafo 3º, diz que a participação de docentes e técnico-administrativos em  
615 educação como membros colaboradores nas áreas acadêmicas dependerá de  
616 regulamento do Conselho do Câmpus; ou seja, o Conselho tem de criar uma  
617 regulamentação para participação de docentes e técnicos como colaboradores, e de  
618 igual forma, no parágrafo 2º deste mesmo artigo, diz que nesse prazo de trinta dias  
619 tem que ser regulamentado também os pedidos de transferência respeitando  
620 regulamentação específica a ser elaborada pelo Concamp; e ainda, no parágrafo 4º  
621 cita que o servidores TAEs que exercem suas atividades em setores administrativos  
622 não poderão optar por áreas acadêmicas para efetivo exercício, cabendo ao  
623 Concamp regulamentar suas participações como membros colaboradores, então  
624 cabe também ao Concamp regulamentar isso; dito isso o presidente abriu as  
625 inscrições para manifestações. O conselheiro André colocou que, a opção dos  
626 docentes por áreas acadêmicas é obrigatória segundo o regimento complementar, e  
627 sentiu falta de muitos professores que não fizeram sua opção; justificam-se aqueles  
628 que estão afastados, mas os que estão em atividade não teriam justificativa, por isso  
629 questiona se haveria desinformação. O presidente Cláudio esclareceu que  
630 desinformação não houve, pois foi informado várias vezes por email e também foi  
631 colocado no site institucional. O conselheiro André disse então ficar mais tranquilo,  
632 mas que teriam que decidir o que fazer com esses que não optaram por nenhuma  
633 área ainda e precisam fazer isso. O conselheiro César deu a sugestão de que se  
634 deve incorporar automaticamente na área conforme a formação do docente, pois  
635 tiveram o prazo para escolher e não realizaram. André sugeriu uma contraproposta,  
636 a de abrir um momento exíguo; aceitar o termo de opção da professora Márcia  
637 Islabão, mesmo enviado fora do prazo, e abrir um prazo até dia 5 de novembro, para  
638 que os docentes ainda entreguem na DGP a sua opção, e caso contrario serão  
639 incluído automaticamente nas áreas por formação. César complementou que isso

640 seja feito como uma resolução do Conselho, com os novos prazos e determinações,  
641 informando que os docentes, que tem essa obrigatoriedade e que não optarem  
642 serão incluídos pela DGP automaticamente em alguma área de acordo com sua  
643 formação. O conselheiro Henrique solicitou um esclarecimento, se esse servidor que  
644 for alocado automaticamente pela DGP vai poder recorrer sobre a transferência de  
645 área. O conselheiro André disse que sim, sempre vai poder recorrer ao Conselho, e  
646 o presidente em exercício completou ao afirmar que o servidor vai poder recorrer,  
647 mas vai ter que esperar até que a regulamentação desse processo de transferência  
648 esteja pronta. O conselheiro André voltou à questão sobre os docentes, citando uma  
649 professora que está como efetiva em duas áreas, o que teria de verificar junto à  
650 DGP; em relação aos TAE o espírito do regimento complementar era que aqueles  
651 que trabalham diretamente ligados aos cursos pudessem estar inseridos na área  
652 onde trabalham, e os que colocaram estão corretos, mas quanto aos demais, de  
653 setores administrativos, a sugestão é que todos sejam colocados como  
654 colaboradores nas áreas em que fizeram essas opções e sejam respeitadas estas  
655 áreas optadas por eles, e na hora de fazer a resolução que vai determinar quais são  
656 as atividades que os colaboradores vão poder fazer, que seja dada uma atenção a  
657 esse ponto, para que eles possam estar participando das atividades acadêmicas. O  
658 conselheiro Evandro observou que a Capes recomenda que os técnicos  
659 administrativos participem de atividades e grupos de pesquisa. O presidente Claudio  
660 lembrou que nesse sentido o artigo 21 da Resolução nº 003/2012 do CONCAMP  
661 deixa claro sobre o que compete à área acadêmica; as áreas acadêmicas tem como  
662 função promover e distribuir os encargos didáticos de ensino, pesquisa e extensão  
663 dos membros, propor e manifestar-se sobre a criação de cursos, ministrar  
664 isoladamente ou em conjunto com outras áreas disciplinas em seu campo de  
665 conhecimento, emitir manifestações sobre pedidos de afastamento de servidores,  
666 elaborar o planejamento anual de atividades e organizar e estruturar os laboratórios  
667 acadêmicos, e demais estruturas vinculadas. O conselheiro André encaminhou sua  
668 fala para conclusão; com relação à eleição dos coordenadores, citou e leu o artigo  
669 20, parágrafo 4; disse que está definido, e não precisam criar comissão eleitoral,  
670 pois é uma função que cada área acadêmica fará as escolhas dos coordenadores de  
671 área e de cursos; colocou que não veria necessidade de fazer comissões eleitorais  
672 para reger esses processo, pois é um processo das áreas; entre as comissões *ad*  
673 *hoc* que o presidente propôs, disse achar que deveria começar pelo artigo 53 que  
674 vai falar de como fica o fluxo nas áreas acadêmicas, sobre transferências de área, e  
675 que deverá aguardar e respeitar regulamentação específica do Conselho de  
676 Câmpus. A conselheira Martha manifestou, que com relação aos TAE acha que  
677 houve uma confusão no sentido da opção das áreas, talvez tivessem que conversar  
678 novamente com as pessoas que fizeram a opção porque talvez possam ter escolhido  
679 errado; ela mesma gostaria de se excluir de uma na qual se colocou como  
680 colaboradora. A conselheira Suzinara mencionou que os técnicos que trabalham na  
681 equipe da biblioteca como ela, conversaram com a coordenação do curso técnico  
682 em Biblioteconomia antes de marcar a opção. O conselheiro André então manifestou  
683 a sugestão de talvez reabrir o prazo também para os TAEs se reinscreverem, fazer  
684 ajustes, ou de repente fazer uma reunião com essas pessoas para esclarecimento  
685 da questão das áreas. O conselheiro Cesar mencionou que a dúvida também  
686 ocorreu no setor dele, de Informática, e que realmente não ficou bem esclarecido.  
687 Os conselheiros discutiram mais algum tempo sobre como resolver a questão dos  
688 TAE como efetivos e como colaboradores, e o presidente Claudio fez uma proposta  
689 de encaminhamento, fazer um convite a todos os TAEs para participar na próxima

690 segunda-feira, dia 5 de novembro, de uma reunião de esclarecimento com relação a  
691 essa opção, e na terça-feira, dia 6, sairia a resolução do Conselho abrindo o prazo  
692 para que professores que não optaram e técnicos que precisam ajustar suas opções,  
693 possam fazê-lo. A conselheira Claudia manifestou-se dizendo que acha muito  
694 complicado fazer uma reunião, que estejam todos presentes em virtude de agendas  
695 e deslocamento, então sugeriu que não fosse feita uma reunião, mas que os  
696 conselheiros representantes dos técnico-administrativos fizessem um email bem  
697 explicativo aos colegas, colocando-se a disposição para esclarecer pessoalmente as  
698 dúvidas com os que necessitarem, e, se fosse necessário ainda, então fariam a  
699 reunião. O presidente propôs então fazer uma resolução para os servidores com o  
700 prazo de ajuste ou inclusão das suas opções por áreas acadêmicas do dia 6 ao dia  
701 8/11 e que posteriormente a essa data os que não fizeram a opção, a DGP estará  
702 fazendo a alocação automaticamente conforme a área do concurso do servidor. O  
703 conselheiro membro da sociedade civil Rafael Cecagno colocou que entende a  
704 posição da conselheira Claudia, mas na opinião dele, mesmo que seja enviado por  
705 email teria que ser feito o encontro pessoalmente para esclarecimento. O  
706 conselheiro Cesar colocou que há representantes dos TAEs tanto na sede Centro  
707 como na da Ramiro, então teria que partir ou um email da DGP, ou de um  
708 conselheiro TAE, ou marcar reunião em todos os turnos e nas sedes centro e  
709 Ramiro para abranger todos os TAEs; ou todos os TAEs do Conselho se revezariam  
710 à disposição dos colegas para esclarecimentos. O conselheiro André observou ser  
711 importante que na resolução conste que os servidores afastados também podem  
712 fazer sua opção de área. O presidente encaminhou então duas sugestões; uma é  
713 publicar na próxima segunda-feira uma Resolução imputando a escolha da área por  
714 área de formação dos servidores e dando a eles o prazo de 6 a 8 de Novembro para  
715 adequarem as suas opções, e posterior a esta data a DGP fará a apropriação  
716 conforme a área do concurso do servidor docente que não optou, e incluir que o  
717 servidor afastado tem seu direito garantido de optar ao retornar; a outra sugestão é  
718 criar uma Portaria que cria uma comissão de regulamentação da área acadêmica;  
719 ambos os encaminhamentos foram aprovados por todos os presentes. O presidente  
720 colocou a necessidade de indicarem nesse momento a comissão *ad hoc* que vai  
721 para a comissão de regulamentação das áreas. A conselheira Juliana fez uma  
722 proposta de constituir comissões *ad hoc* até o regimento interno do Conselho ser  
723 aprovado no Consup; pois estão vindo muitos documentos e não tem tempo de ler  
724 tudo e elaborar análise criteriosa desses documentos. O presidente colocou que  
725 teria uma proposta parecida, de criarem comissões *ad hoc* já com vistas a  
726 aprovação do regimento interno. Foi levantado ainda pelos conselheiros que terá  
727 que ser discutido após o regimento do conselho ser aprovado a questão dos  
728 suplentes e titulares participarem na criação das comissões. O presidente retomou a  
729 necessidade da indicação da comissão *ad hoc* de regulamentação no momento.  
730 Foram então indicados entre conselheiros um representante de cada segmento,  
731 sendo eles a docente Juliana, a técnica-administrativa Suzinara e o aluno Victor. A  
732 comissão criada foi aprovada por unanimidade entre os presentes. Em seguida  
733 viriam os pontos de Pauta relacionados ao Ensino. Em virtude do tempo da reunião,  
734 neste ponto o presidente Claudio fez uma proposta de aprovarem em bloco os itens  
735 da pauta sobre o Ensino, que havia enviado quatro itens para apreciação do  
736 Conselho, os quais: Apreciação e aprovação da resolução sobre regulamentação do  
737 estágio obrigatório dos cursos superiores de Gestão Ambiental; Apreciação e  
738 aprovação das resoluções sobre regulamentação de justificativas, abonos de faltas e  
739 atualização da instrução normativa sobre certificação de conhecimentos; Apreciação

740 e aprovação da resolução sobre regulamentação dos trabalhos de conclusão de  
741 curso dos cursos de Licenciatura do IFRS; apreciação e aprovação do projeto  
742 pedagógico do curso Técnico em Meio Ambiente; e também a solicitação da  
743 professora Andrea Leal de ampliação do prazo para conclusão da elaboração do  
744 PPC do Proeja Técnico em Administração, que a comissão responsável tinha 45  
745 dias desde o dia 12 de setembro para isso e estão pedindo dilatação de mais 10  
746 dias, até 9 de novembro. O presidente fez a proposta de aprovarem em bloco estes  
747 itens do Ensino. O conselheiro André fez a sugestão de chamarem uma reunião  
748 extraordinária para analisar os itens do Ensino e apreciar no momento os demais;  
749 mas poderiam analisar o item referente ao Proeja que seria rápido. O presidente  
750 então manifestou concordar se o conselho se comprometer a fazer a extraordinária  
751 para resolver isso, porque as equipes do MEC virão visitar o câmpus para avaliação  
752 dos cursos superiores nos dias 18 a 22 de Novembro, e esses documentos são  
753 importantes; no prazo máximo da próxima semana precisam estar com isso  
754 concluído. Ele pediu ainda a colaboração dos conselheiros que fizeram parte do  
755 conselho de campus temporário, que aprovaram o regulamento do colegiado de  
756 curso dos cursos de graduação do campus Porto Alegre, e foram feitas pequenas  
757 modificações que haviam sido solicitadas mas por esquecimento, não foi publicado;  
758 por isso pede a aprovação dos conselheiros para usarem uma numeração do  
759 conselho permanente; e não do temporário, para que possam publicar, pois é um  
760 documento importante para análise da comissão do MEC que virá; o documento já  
761 passou pelo conselho, que aprovou, e fez as alterações, e solicita no momento se  
762 autorizam a publicação agora desse documento. Os conselheiros sugeriram a  
763 criação de comissão *ad hoc* para análise de alguns dos itens do Ensino; foi  
764 aprovado e a comissão ficou formada pelos conselheiros Claudia, Douglas e um  
765 discente a ser indicado, para apreciação das resoluções sobre a regulamentação de  
766 justificativa e abono de faltas, atividades externas e atualização de instrução  
767 normativa sobre a certificação de conhecimentos. Sobre a publicação do  
768 regulamento do colegiado de curso aprovado no conselho temporário, que o  
769 conselho permanente deve fazer a apreciação e nova numeração, todos  
770 concordaram. Foi também aprovada prorrogação do prazo solicitado pela professora  
771 Andrea Leal para conclusão do PPC do novo curso Proeja – Técnico em  
772 Administração. **Pauta seguinte: Processo da professora Cristina Simões.** O  
773 presidente deu início da discussão do próximo ponto de pauta sobre a apreciação do  
774 processo da professora Cristina Simões da Costa. O conselheiro André manifestou  
775 que conversou com a professora e lembrou a situação do processo; o parecer da  
776 DGP da reitoria causou uma certa estranheza; desconhecem a possibilidade real e  
777 efetiva de um servidor docente com dedicação exclusiva poder realizar atividades  
778 remuneradas desde que isso não tenha impacto nas atividades pedagógicas e  
779 mesmo sendo esporádica, como um curso de especialização com data para  
780 começar e terminar, dentro da área da professora; a CPPD fez um parecer onde  
781 reconhece que existem resoluções em muitos IFs sobre o tema mas que no IFRS  
782 não existe uma regulamentação formal; diante desse fato o encaminhamento é que  
783 o pedido seja rejeitado pelo conselho com o argumento de que, por não existir ainda  
784 regulamentação da instituição sobre o assunto, que o conselho de campus não teria  
785 autonomia para regulamentar nem como deliberar sobre o mesmo. A conselheira  
786 Juliana colocou que tinha uma proposta diferente, a de que fosse aprovado, pois que  
787 ela está solicitando participar desse curso nas sextas à noite e sábado pela manhã,  
788 apenas num semestre, e seria interessante que a professora fizesse a atividade o  
789 que teria um retorno bom para o campus; o conselho deveria ter um indicativo de



790 aprovação, e então teriam que enviar para o Consup solicitando essa  
791 regulamentação pois outros colegas podem vir a passar por esse mesmo caso. O  
792 presidente manifestou que seria complicado fazer isso, visto que há um parecer da  
793 DGP da reitoria negando peremptoriamente, e baseando-se no inciso 3 do artigo  
794 112 da lei 11.784, que diz “o servidor dedicação exclusiva com obrigação de prestar  
795 40 horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos, tem impedimento  
796 do exercício de outra atividade remunerada pública ou privada”, e baseado em nota  
797 técnica do MPOG para a Universidade Federal do Espírito Santo justamente sobre  
798 esse assunto, é que a DGP aponta que não seria legal a atividade; no entanto,  
799 poderia ser respaldado pelo parecer da CPPD do campus, mas que também não  
800 deixa claro que é permitido; o presidente procedeu à leitura do parecer da CPPD e  
801 disse entender que este parecer acolhe o da DGP mas com ressalvas. A conselheira  
802 Juliana disse que o parecer da DGP menciona o artigo 112 da Lei 11.784/2008; ela  
803 procedeu à leitura do artigo o qual coloca que aos docentes aos quais se aplicam o  
804 regime de dedicação exclusiva, permitir-se-á, de acordo com inciso IV, colaboração  
805 esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade, devidamente  
806 autorizado pela instituição federal de ensino, para capacitação específica, observado  
807 o disposto em regulamento; na opinião dela isso abriria a possibilidade para aprovar  
808 o pedido da professora. O presidente leu a interpretação feita pela DGP, de que  
809 seria oportuno esclarecer que a colaboração esporádica prevista no inciso IV deve  
810 ser interpretada como a participação eventual do professor como ministrante em  
811 palestras, cursos, seminários e afins, não se aplicando ao caso interno. Juliana disse  
812 ser possível entender a participação num semestre num curso de especialização  
813 poderia ser considerada esporádica. O presidente manifestou que, em se aprovando  
814 isso, abrir-se-ia precedente; esse é um assunto que como diz respeito à vida  
815 funcional de um servidor de forma *lato senso*, deve ter um aporte do Consup; mas o  
816 Conselho do Campus não pode se manifestar no sentido de aprovar. Juliana colocou  
817 que tem que ir para o Consup, mas que se já tem parecer da CPPD poderia ter  
818 parecer do Conselho do Campus. Claudio disse que na sua interpretação ambos os  
819 pareceres DGP e CPPD encaminham para rejeição. O conselheiro André colocou  
820 que tem que ser rejeitado por não haver a regulamentação, depois ela poderia ir  
821 com o recurso para que seja regulamentado. O presidente observou que o caso da  
822 professora Cristina não é único, há vários outros, e até numa situação mais incisiva  
823 em termos de carga horária; por isso ele disse acreditar que se ir para o Consup o  
824 recurso dela, vai ter “eco” dentro do Consup; se for aprovado pelo Conselho do  
825 Campus poderia até prejudicar a professora, pois aí a DGP entra no Consup com o  
826 parecer contra e o Consup também dá a negativa e rejeitaria o parecer do Concamp,  
827 e depois ela só teria como recurso a justiça. A conselheira Juliana disse que a  
828 intenção não era aprovar, mas sim dar o parecer que o conselho seria favorável mas  
829 que fosse feita a regulamentação; enviar ao Consup e solicitar regulamentação. O  
830 conselheiro André explicou novamente a proposta de rejeição cuja intenção é que a  
831 professora recorra, para que seja feita a regulamentação no IFRS. O presidente  
832 reforçou que a professora tem mérito no pedido dela, mas pensando nos prazos  
833 legais, a melhor alternativa é a que reforça a proposta do professor André. O  
834 conselheiro Rafael Cecagno observou que aprovarem o pedido neste momento no  
835 Conselho poderia levar a uma situação “perigosa”, pois o próximo professor que  
836 solicitar o mesmo pedido, vai ter que ser aprovado novamente e sem base em  
837 regulamentação, e um dia alguém com um caso idêntico pode ser bloqueado. O  
838 presidente então colocou em votação a proposta do professor André, de o Conselho  
839 dar rejeição ao pedido da professora Cristina Simões da Costa dado a ausência de

840 regulamentação no IFRS que ampare essa decisão por parte do conselho de  
841 Campus; todos os conselheiros presentes concordaram com o proposto. Em seguida  
842 o presidente abriu o ponto de pauta **Assuntos gerais**. O primeiro inscrito foi o  
843 conselheiro André, que solicitou ao presidente em exercício um informe sobre o  
844 andamento das obras no Câmpus; o presidente disse que já tinha se inscrito  
845 também para falar sobre isso. Ele deu a palavra para os demais inscritos. A  
846 conselheira Suzinara foi a seguinte, que relatou sobre as mudanças na biblioteca  
847 que estão ocorrendo na sede Ramiro e disse que o ambiente ficou horrível, ar  
848 condicionado não funciona, entre outras coisas, e perguntou se é possível arrumar  
849 melhor aquele ambiente; outra colocação dela foi sobre processamento técnico na  
850 biblioteca do Centro que vai sair de onde está por conta das obras do Prelúdio, e ela  
851 perguntou como vai ficar, para onde vai, se vão ficar mais distante do espaço, do  
852 atendimento, onde tem vários bolsistas que precisam ser supervisionados pois estão  
853 dando problemas; outro item levantado por ela é sobre o acesso para chegar à  
854 biblioteca, que está complicado e precisam que seja sinalizado, visto que já tem  
855 licitação para essa sinalização; solicita saber como vão ficar essas questões e  
856 sugere que a sala do processamento técnico seja uma das salas no térreo onde está  
857 sendo ocupado pelo Pronatec. Em seguida o presidente passou a palavra para o  
858 conselheiro Douglas, o qual colocou que desde a época da greve ainda estão tendo  
859 problemas com o pagamento das bolsas da assistência estudantil, e alguns alunos  
860 reclamaram que os atrasos ainda ocorrem; disse que segundo informação oficial o  
861 pagamento deveria ser feito até dia 10 de cada mês, e como estão no dia 31 e a  
862 próxima reunião é no final de novembro, levantou querer saber se já tem  
863 movimentação e previsão do pagamento referente ao mês de outubro da bolsa  
864 permanência, e de novembro das demais bolsas pagas antecipadamente. A próxima  
865 inscrita, conselheira Mayara complementou o assunto pagamentos de bolsas,  
866 dizendo que foi entregue à direção um documento com um abaixo-assinado  
867 solicitando informações sobre a questão; ela gostaria de saber quando ocorrerá a  
868 reunião pois continuam não informando sobre atrasos; os alunos querem um  
869 documento que conste isso. O presidente interrompeu manifestando que as  
870 informações que ele tem com relação a isso não batem com as ditas pelos  
871 conselheiros Douglas e Mayara; segundo ele não há data determinada como prazo  
872 para o pagamento, o que há é uma tentativa por parte do Câmpus de pagar até tal  
873 dia, mas nem o Edital da Assistência apresenta prazo de pagamento. A conselheira  
874 Mayara continuou sua colocação, agora sobre a assembleia discente que ocorreu no  
875 último dia 22, onde foi feita uma pauta de reivindicações, e pediram para ela que  
876 fosse incluído na pauta do Conselho; por último ela disse que os alunos pediram  
877 esclarecimento sobre o laboratório de informática que foi fechado no segundo andar  
878 e os computadores que há na biblioteca não são suficientes para atender aos alunos  
879 para fazerem trabalhos; o pedido dos discentes é que seja aberto um dos  
880 laboratórios do sétimo andar. A seguir o conselheiro discente Ibá colocou que  
881 parece que foi roubado um desktop do laboratório do 2º andar por isso foi fechado e  
882 não seria reaberto se não tiver alguém prestando monitoria; outro ponto colocado  
883 por ele é que desde a quinta-feira passada alguns alunos notaram e reclamaram  
884 para ele que não tem reposição das bombonas de água mineral, especialmente no  
885 sexto e sétimo andar, e pergunta qual seria o motivo. A conselheira Juliana levantou  
886 a sugestão de que seja feita a divulgação das pautas e datas antes das reuniões do  
887 conselho, por email e no site, bem como breves relatos e decisões das mesmas  
888 após elas ocorrerem. O presidente interrompeu novamente para colocar que no  
889 momento não há pessoal suficiente para fazer essa divulgação, máximo possível

890 seria anunciar a data da reunião com a pauta, e que ata daquela reunião será a  
891 número tal, a ser publicada para acesso da comunidade. O conselheiro Douglas  
892 sugeriu serem divulgados após as reuniões os pontos de pauta e ao lado somente o  
893 que foi decidido sobre cada um. Por última inscrição, o conselheiro membro externo  
894 Rafael Cecagno, representante da Assufrgs, observou que como ele é servidor da  
895 UFRGS, precisa de convocação pessoal no nome dele para as reuniões, para ser  
896 liberado. O pedido ficou registrado. Em seguida o presidente passou a responder  
897 aos itens levantados. Primeiro em resposta à conselheira Suzinara, ele colocou que  
898 as mudanças na Biblioteca da Ramiro foram feitas com a vistoria do bibliotecário  
899 chefe, o servidor Filipe da Silveira. A conselheira Suzinara disse parecer que foi feito  
900 sem consulta, do jeito que foi programado e não se pode mudar, em vez de se  
901 reunirem com a equipe do setor e ver como ficaria melhor para cada um. O  
902 presidente afirmou que todo o planejamento de mudança é feito com a participação  
903 dos servidores dos setores; ele esclareceu que o prédio da Ramiro e o terreno estão  
904 listados como patrimônio da UFRGS e por isso se tem que ceder algumas coisas, e  
905 fazer negociação enquanto estiverem usando aquele espaço; existe uma  
906 disparidade grande entre as duas instituições mas que até então estão conseguindo  
907 levar a contento; sobre a questão da biblioteca ele colocou que vai pedir para a área  
908 técnica dar uma olhada nas solicitações da Suzinara, especial com relação à  
909 climatização; e sobre a sinalização, que ainda não saiu, o orçamento custa R\$  
910 500.000 (quinhentos mil reais), então não deu para fazer ainda por falta de recurso,  
911 e o que tem foi feito improvisado e ainda falta; por isso lança um desafio e pede  
912 ajuda ao pessoal da biblioteconomia, que trabalha com acessibilidade, para fazer um  
913 projeto de sinalização; se vierem com as soluções certamente vão dar o aval para  
914 executar. A conselheira Suzinara questionou se então eles mesmos podem sinalizar,  
915 mesmo sem um projeto. O presidente afirmou que sim, podem e devem pois  
916 precisam de gente que o faça; sobre a saída da biblioteca, ele também pede a ajuda  
917 dela e dos demais servidores do setor para ver onde serão colocados, pois o  
918 processamento técnico da biblioteca vão ter que sair dali por conta do contrato da  
919 reforma do espaço do Prelúdio; ele frisou que a palavra de ordem dos setores hoje é  
920 temporalidade; estão vivendo uma situação de temporalidade, momento que se está  
921 investindo para ter um espaço adequado, mas por enquanto cada um vai ter que  
922 fazer uma cota de sacrifício e por isso precisam juntos achar soluções que  
923 contem a todos da melhor forma possível. O presidente falou sobre o pagamento  
924 dos alunos, que não tem essas informações que o Douglas e Mayara comentaram; a  
925 informação que ele tem é de que tinham sido pagos. O conselheiro Douglas disse  
926 que estava se referindo aos pagamentos futuros; que seriam no dia 10. O presidente  
927 expôs que cada um tem uma parte; o NAAc, o DAP, a reitoria, e garante que todos  
928 fazem nos prazos previsíveis; por isso que a data dia 10 não existe oficialmente,  
929 mas uma tentativa interna de todos os setores envolvidos que o aluno receba o mais  
930 rápido possível; mas o depósito que é feito depende do tesouro nacional; o dinheiro  
931 não sai da conta do campus ou da Reitoria. A conselheira Martha colocou que o  
932 NAAc já entrou em contato com a representação dos alunos, para estreitar a  
933 comunicação nesse sentido; porém ocorre que há alguns casos particulares que  
934 viram gerais, como por exemplo de contas que trocaram ou fecharam. O presidente  
935 reforçou que o melhor encaminhamento é os alunos falarem com o NAAc, que pode  
936 fazer o intermédio do assunto com o DAP; há algumas informações sigilosas ou  
937 privadas de bolsistas que não podem ser abertas, por isso cada caso deve ser  
938 esclarecido individual. O conselheiro Douglas reiterou que a preocupação do  
939 questionamento dele é com o pagamento futuro, não afirmou que haveria

940 pagamento anterior atrasado. O presidente e a conselheira Martha afirmaram que o  
941 próximo pagamento está encaminhado dentro da normalidade; e que o NAAc irá  
942 estreitar a comunicação das informações com os alunos; novamente reforçaram que  
943 a data do dia 10 não é oficial e nem podem colocar isto em edital pois não têm como  
944 garantir, é apenas um prazo interno que consideram. Os conselheiros continuaram  
945 questionando de onde viria o dinheiro que vai para o pagamento dos benefícios da  
946 assistência estudantil, pois ainda não estavam claras essas informações, se ficava  
947 na reitoria ou como funcionaria a distribuição, reclamaram que em cada reunião que  
948 vem sido discutido o assunto as informações se desencontram. Foi esclarecido pelo  
949 presidente e pela conselheira Martha que o campus tem que enviar as informações  
950 de cada beneficiário por benefício, via memorando para o DAP e reitoria; os  
951 pagamentos aos alunos são feitos por Ordem de pagamento, e cada beneficiário  
952 recebe direto na sua conta o dinheiro proveniente da União, não existe conta da  
953 Reitoria ou do campus onde entra esse dinheiro. Em seguida o presidente  
954 manifestou-se com relação ao fechamento do laboratório de informática 205, do  
955 segundo andar; disse que ainda estão vendo como irão solucionar, pois está  
956 fechado para averiguação, por ter sido furtado um CPU, fato já denunciado na  
957 polícia federal por ser um bem público e até ser apurado precisa estar interdito; no  
958 momento falta pessoal para estar como monitor nos laboratórios e estão tentando  
959 abrir provisoriamente algum dos laboratórios 2A ou 2B, mas precisam ter alguém  
960 para ficar monitorando. Sobre as bombonas de água, ele afirmou que iria verificar o  
961 que houve, pois a princípio tem água para reposição. A seguir o presidente  
962 apresentou aos conselheiros o edital de licitação sobre as reformas no campus sede  
963 Centro, publicado no dia anterior; colocou que o laudo estrutural sobre o edifício-  
964 garagem solicitado pelas arquitetas a prefeitura não ficou pronto ainda e é uma  
965 questão importante para a empresa que vai licitar as áreas dos laboratórios; então  
966 por isso tiveram que optar por abrir edital das reformas no prédio principal. Ele  
967 informou que o que entrou no edital, cujos envelopes serão abertos no dia 3 de  
968 dezembro, foi: todo o átrio (saguão) e reformulação da parte térrea, sobreloja e  
969 biblioteca definitiva, laboratórios de biblioteconomia, reforma do 3º andar com os  
970 laboratórios de Panificação e Confeitaria; a construção do RU no 1º andar do edifício  
971 anexo; os auditórios do 9º andar e no térreo; sala institucional no 9º andar; pintura e  
972 climatização das salas do térreo, do 1º e 2º andares; projetos elétrico, hidráulico e  
973 sanitário, cabeamento de telefonia e lógico; projeto de climatização já contando com  
974 os laboratórios da biotecnologia e da química; projetos de exaustão mecânica;  
975 projetos de instalação de gases, projeto de prevenção contra incêndio, e o projeto de  
976 proteção contra descargas atmosféricas; isso tudo deu uma intervenção de reforma  
977 de quase 6 mil metros quadrados, e o orçamento total é de R\$ 3.246.366,27 (três  
978 milhões duzentos e quarenta e seis mil trezentos e sessenta e seis reais e vinte e  
979 sete centavos). A previsão de execução das obras é de 12 meses, com início a partir  
980 da segunda quinzena de janeiro de 2013, se tudo der certo no decorrer do processo  
981 de licitação; no período de agora até dezembro, a intenção é que enquanto estiver  
982 correndo esta concorrência e a obra do Prelúdio, vão deixar pronto o edital dos  
983 andares dos laboratórios de química e biotecnologia, e o 12º andar onde haverá um  
984 espaço de esportes; a ideia é em janeiro lançar o edital e começar obras por volta de  
985 março. O conselheiro André lembrou que verba recebida era de cerca de R\$  
986 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais); observou estarem falando em  
987 cerca de 3 milhões e meio de reais orçados para as duas obras, então perguntou o  
988 que deve acontecer com o restante do dinheiro. O presidente disse que terão que  
989 devolver; colocou que já falaram com o pessoal da Expansão da Rede Federal na

990 SETEC em Brasília; como vão devolver uma pequena parte, pois pretendem utilizar  
991 ainda cerca de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para solucionar um problema do  
992 prédio do Centro; pois como as obras dos laboratórios já vem com climatização, e  
993 nesse prédio a maioria dos andares são com ar condicionado central, e até então  
994 não têm conseguido nenhuma empresa que faça a manutenção desse tipo de  
995 equipamento; por isso a ideia é usar esse valor e fazer toda a parte da climatização  
996 do prédio e abolir o ar central e trocar por aparelhos tipo *split*, que é uma forma mais  
997 barata, econômica e do ponto de vista ecológico; e seguindo uma orientação da  
998 própria UFRGS, que tinha esse problema e parece que resolveu transferindo tudo  
999 para *splits*. A dúvida era se teria mais dinheiro para pegar; e na reunião da Reditec,  
1000 que o direto-geral participou, ficou acertado nova reunião da direção em Brasília  
1001 para apresentar esses projetos cujo edital vai abrir, para solicitar nova verba; a idéia  
1002 é que esse dinheiro dos R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) seja lançada uma  
1003 proposta para as áreas acadêmicas fazerem os projetos de adquirir equipamentos,  
1004 para que possam encaminhar pedido para o MEC pautado num projeto que seja  
1005 então oriundo das áreas. A conselheira Claudia solicitou que fosse incluída na pauta  
1006 da próxima reunião para discussão do Conselho sobre a utilização da verba de 700  
1007 mil, para equipamentos para os cursos, porque é uma decisão complicada, agrega  
1008 os quatro cursos da Ramiro que cada vez se sentem mais isolados e esquecido; por  
1009 isso acha que esse dinheiro deve ser muito bem discutido, e que ela não quer ser  
1010 representante sozinha de uma decisão dessas. O presidente manifestou não estar  
1011 entendendo de qual decisão ela estava falando; a conselheira respondeu que vai  
1012 pedir para o conselho votar se essa verba é institucionalizada para comprarem  
1013 equipamentos. A conselheira Juliana complementou que a verba já foi comprometida  
1014 com os cursos de Química, Biotecnologia, Licenciatura em Ciências e Panificação e  
1015 Confeitaria em uma reunião do Conselho; por isso que na Ata nº 05/2012 ela vai  
1016 pedir alteração, que foi colocado sobre o Meio Ambiente não seria incluído, e que  
1017 essa verba foi destinada para os laboratórios dos cursos da Ramiro, para  
1018 equipamentos exclusivos desses quatro cursos, a não ser a refrigeração para estes  
1019 novos laboratórios, e que não seria para mais ninguém a não ser para esses quatro  
1020 cursos; reiterou que têm registros disso de várias reuniões, que se perdeu tempo  
1021 fazendo levantamento de equipamentos que precisam e ano inteiro se reúnem e  
1022 perdeu a conta de quanto trabalho já fizeram em torno desses 700 mil; outra coisa  
1023 que a deixa desconfortável e até revoltada e a todos os professores e técnicos  
1024 destes cursos é que se não vai entrar nessa licitação, esse dinheiro vai ser  
1025 devolvido, vão ter que batalhar novamente, e vão continuar na Ramiro, com a  
1026 UFRGS pressionando; como já perderam a licitação para esse ano em janeiro vão  
1027 ter que conseguir novamente esses 3 milhões para poderem sair de lá; já fizeram  
1028 para eles proposta de fechamento do processo seletivo desses cursos o que gerou  
1029 grande desconforto; ela colocou a situação dos cursos que estão na Ramiro, que  
1030 está muito difícil, tem que ser definido para onde vão, questionando o atraso nos  
1031 projetos. O presidente perguntou se em algum momento foi dito pela direção que  
1032 esses 700 mil não valeria para eles; ele disse que havia a intenção uma vez que vão  
1033 ter que devolver esse dinheiro para não ter que devolver, fazer um outro  
1034 investimento mas aproveitar o trabalho que fizeram dos pedidos de materiais, para  
1035 entrar com outro pedido de recursos junto ao MEC em janeiro. O conselheiro André  
1036 manifestou que pelo que entendeu esses 700 mil seriam usados agora para material  
1037 permanente nessa parte de climatização. O presidente disse que isso poderia ser  
1038 colocado em votação, não haveria problema, só que segundo ele não haveria tempo  
1039 esse ano para entrar com licitação dos equipamentos. A conselheira Juliana

1040 questionou por que já não foi feito isso, colocando que esse dinheiro já estaria à  
1041 disposição desde janeiro. O presidente lembrou sobre as diversas reuniões que já  
1042 foram feitas para adequar os projetos. O conselheiro André levantou por que ainda  
1043 não há definição, lembrou da reunião que foi feita com os cursos da Ramiro em que  
1044 foi mostrada a proposta de novo prédio em novo terreno para construção dos  
1045 laboratórios. O presidente colocou que as propostas foram feitas também por conta  
1046 de reclamações de servidores das áreas que acham que o local escolhido para a  
1047 reforma não iria dar certo, então foram apresentadas outras opções; até chegar num  
1048 projeto consensuado, explicou sobre as várias tentativas e reformulações feitas nos  
1049 projetos dos laboratórios, discussões feitas com os cursos; ninguém quer tirar quem  
1050 está na Ramiro, nem que os cursos fechem, tampouco não querem que seja  
1051 construído no prédio do centro, apenas está dizendo que tiveram que separar os  
1052 projetos, pois ou perdiam todo o recurso de 5 milhões, ou investiam pelo menos uma  
1053 parte dele, os 3 milhões, porque não vai dar tempo de lançar todos os projetos ao  
1054 mesmo tempo. O conselheiro André colocou que tem que haver clareza, pois estão  
1055 há mais de um ano vendo projetos. A conselheira Claudia expôs que todo o  
1056 problema surge na ideia de que os quatro cursos não querem perder essa verba,  
1057 que é um investimento na qualidade do curso, porque a previsão para vir para o  
1058 prédio centro não há. O presidente disse que não vão perder os 700 mil, vão  
1059 devolver e reencaminhar novo projeto incluindo poder ser um valor superior, e  
1060 equipamentos superiores; reforçou a questão de que não há pessoal suficiente para  
1061 trabalhar nesse montante de licitações de projetos. A conselheira Juliana levantou  
1062 se não seria possível pedir urgência no laudo estrutural para que conseguissem  
1063 entrar com o processo ainda em dezembro próximo. O presidente esclareceu que  
1064 não há tempo hábil legal; ainda que consigam na próxima semana o laudo não  
1065 conseguiriam montar o edital todo para finalizar no prazo desse ano. A professora  
1066 Juliana disse não entender isso e por que então foi solicitada reunião com todos  
1067 para agilizar os projetos. O presidente lembrou que na reunião foi dito que seria  
1068 encaminhado da melhor forma possível; a garantia é que têm os editais praticamente  
1069 prontos, faltam apenas alguns laudos. A conselheira Juliana manifestou  
1070 preocupação pois enquanto isso vão continuar na situação precária na Ramiro; não  
1071 tem garantia de nada. O presidente reafirmou que vão pedir o dinheiro novamente e  
1072 encaminhar em janeiro o processo de licitação; já têm os projetos todos prontos,  
1073 alguns itens já estão no edital que foi lançado; comentou a colocação da conselheira  
1074 Juliana de que a situação é desconfortável tanto para os servidores do campus que  
1075 estão na Ramiro quanto para a Direção. A conselheira Claudia colocou que uma das  
1076 principais coisas que comentam, quem trabalha na Ramiro, é que ficam sabendo das  
1077 notícias de modo não oficial, pelos colegas; porque existem os coordenadores de  
1078 curso, se não é para repassar as informações corretas; isso gera menos angústia e  
1079 menos falatório. O presidente disse concordar com a professora, porém pergunta  
1080 com quem deveria comentar, se coordenadores, alunos, Conselho, enfim, que não  
1081 há como ficar comentando tudo com todos o tempo inteiro. O conselheiro André  
1082 comentou que a partir do momento que já está tomada a decisão, falta interlocução  
1083 entre as diversas instâncias, informações claras. O presidente disse que no ponto de  
1084 vista dele de certa forma existe um excesso de zelo talvez por parte dos  
1085 conselheiros ou demais servidores, e com isso fica parecendo que só a direção não  
1086 se comunica, só que também não contam com a ajuda de ninguém. Foi comentado  
1087 ainda sobre mais algumas situações na sede da Ramiro envolvendo os seguranças  
1088 da UFRGS que estão lá, e o presidente disse que alguns casos relatados já foram  
1089 repassados à Reitoria da universidade. O presidente deu por encerrada a reunião às

- 1090 18h45min. Encerrados os pontos e a reunião, nada mais havendo a constar, lavrei a  
1091 presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos conselheiros  
1092 presentes. Porto Alegre, trinta e um de outubro de dois mil e doze.  
1093 Cristine Stella Thomas \_\_\_\_\_  
1094 Paulo Roberto Sangoi ----- Ausência justificada -----  
1095 Cláudio Vinicius Silva Farias (presidente em exercício) \_\_\_\_\_  
1096 Adriana de Farias Ramos ----- Ausência justificada -----  
1097 André Rosa Martins \_\_\_\_\_  
1098 Carolina Borba da Silva (suplente) ----- AUSENTE -----  
1099 César Germano Eltz \_\_\_\_\_  
1100 Cícero Pereira Costa ----- AUSENTE -----  
1101 Cláudia do Nascimento Wyrvalski \_\_\_\_\_  
1102 Douglas Neves Ricalde \_\_\_\_\_  
1103 Elizabeth Milititsky Aguiar ----- AUSENTE -----  
1104 Evandro Manara Miletto \_\_\_\_\_  
1105 Henrique Leonardi de Oliveira \_\_\_\_\_  
1106 Ibá Souza da Costa \_\_\_\_\_  
1107 Ivan Francisco Diehl ----- Ausência justificada -----  
1108 Juliana Schmitt de Nonohay \_\_\_\_\_  
1109 Martha Helena Weizenmann (suplente) \_\_\_\_\_  
1110 Mayara Cristina Menegotto Moreira \_\_\_\_\_  
1111 Rafael Cecagno (representante da ASSUFRGS) \_\_\_\_\_  
1112 Sabrina Letícia Couto da Silva \_\_\_\_\_  
1113 Silvana Schuler Pineda (representante da APROFCMPA) \_\_\_\_\_  
1114 Suzinara da Rosa Feijó \_\_\_\_\_  
1115 Victor Aleksandro Kichler Ferreira (suplente) \_\_\_\_\_  
1116 Yuri Ferreira Machado ----- Ausência justificada -----